

DINÂMICAS DE INTERFACE SOCIAL E INTERVENÇÃO PÚBLICA: O CASO DA EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

DYNAMICS OF SOCIAL INTERFACE AND PUBLIC INTERVENTION: THE CASE OF THE RURAL EXTENSION OF RIO GRANDE DO SUL

Cidonea Machado Deponti

Universidade de Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

Jalcione Pereira de Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS – Brasil

Resumo: Este artigo trata das dinâmicas sociais no trabalho de intervenção da extensão rural pública no Rio Grande do Sul. Essas dinâmicas representam a/o relação/encontro estabelecida/o entre os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento rural. A EMATER/RS-ASCAR é a Agência oficial de extensão rural e as suas ações e práticas são realizadas por extensionistas que se constituem como agentes de desenvolvimento. Através da noção de interface social é possível verificar como o público-meta é envolvido nos projetos dos extensionistas e como esse público reage e aciona formas estratégicas de negociação e de manobra, buscando legitimar seus interesses. Utiliza-se de uma metodologia qualitativa para compreender o processo de intervenção para o desenvolvimento rural a partir das noções teóricas de *interface social* e de *agência humana*, obtida na Perspectiva Orientada ao Ator desenvolvida por Long (2001; 2007a) e Long e Ploeg (1989; 1994). Para tanto, dividiu-se o artigo em quatro seções. A primeira trata da relação entre extensão rural e intervenção para o desenvolvimento e aborda rapidamente a Agência de extensão rural: EMATER/RS-ASCAR. As três seguintes tratam especificamente sobre as dinâmicas de interface social estabelecidas entre a Agência, extensionistas e o público-meta. Concluiu-se que o processo de intervenção para o desenvolvimento rural apresenta negociações de objetivos e de demandas, podendo remeter a situações de conflito, em que tanto agricultor quanto técnico apresentam margens de manobra. Os encontros de interface social entre extensionistas e agricultores ocorrem diariamente e em algumas situações a relação de interface se estabelece e manifesta o conhecimento híbrido (interação do conhecimento contextual e científico). Em outras situações a interface social não se estabelece e os mundos de vida do extensionista e do agricultor reafirmam-se e mantêm-se à parte.

Abstract: This article is about the social dynamics in the work of intervention of the public rural extension in Big Rio of the South. Those dynamics represent the relationship/encounter established among the agents involved in the process of rural development. EMATER/RS-ASCAR is the official Agency of rural extension and its actions and practices are accomplished by extensionists that are constituted as development agents. Through the notion of social interface it is possible to verify as it public-puts it it is involved in the projects of the extensionists and as this public he/she reacts and it works strategic forms of negotiation and of maneuver, looking for to legitimate its interests. It is used of a qualitative methodology to understand the intervention process for the rural development starting from the theoretical notions of social interface and of human agency, obtained in the Guided Perspective to the Actor developed by Long (2001; 2007a) and Long and Ploeg (1989; 1994). so much Para, divided the article in four sections. The first is about the relationship between rural extension and intervention for the development and it approaches the Agency of rural extension quickly: EMATER/RS-ASCAR. The three following they specifically negotiate on the dynamics of social interface established among the Agency, extensionists and public-put it. It was ended that the intervention process for the rural development presents negotiations of objectives and of demands, could send the conflict situations, in that so much farmer as technician presents maneuver margins. The encounters of social interface between extensionists and farmers happen daily and in some situations the interface relationship settles

down and he/she manifests the hybrid knowledge (interaction of the knowledge contextual and scientific). In another situations the social interface doesn't settle down and the worlds of life of the extensionist and of the farmer they are reaffirmed and they stay to the part.

Keywords: rural development, social interface, human agency, public rural extension

Introdução

Este artigo trata das dinâmicas sociais produzidas pelo trabalho de extensão rural na EMATER/RS-ASCAR. Essas dinâmicas representam o/a encontro/relação estabelecido/a entre os agentes envolvidos em um processo de desenvolvimento rural¹. A EMATER/RS-ASCAR é a agência oficial de extensão rural e suas ações e práticas são realizadas por extensionistas que se constituem como agentes de desenvolvimento. Os extensionistas estabelecem relações com a própria Agência e com o público assistido no processo de intervenção para o desenvolvimento. Nessa relação, dois sistemas de sentido, visões de mundo, universo de representações e significações entram em contato. A intervenção, de acordo com Sardan (1995), consiste em tentar transferir certos saberes que são originários do conhecimento técnico-científico para as populações locais que são dotadas de conhecimento próprio, saberes esses que repousam sobre sistemas de sentido complexos e evolutivos.

Através da noção de *interface social* é possível verificar como o público-meta da extensão rural é envolvido nos projetos da Agência e como este público reage e aciona formas estratégicas de negociação e de manobra, buscando legitimar seus interesses. A noção de interface social é relevante para explorar e entender problemas de heterogeneidade social, de diversidade cultural e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas, porque permite compreender as respostas diferenciais dos grupos locais, sendo que seus objetivos e interesses, na maioria das vezes, não conferem com os propostos pelas intervenções planejadas. As interfaces cruzam diferentes e, muitas vezes, conflituosos mundos de vida², ou campos sociais, ou arenas específicas, em que as

¹ Conforme Navarro (2001, p. 1-8), nos últimos 50 anos, em dois momentos, a noção de desenvolvimento rural seria enfatizada. O primeiro, do final dos anos de 1950 aos anos de 1970, coincidiria com a impressionante expansão capitalista dos "anos dourados", sendo o desenvolvimento rural moldado com um "ímpeto modernizante". No segundo momento, a partir de meados da década de 1990, o tema ressurgiria com uma "percepção de aparente impossibilidade de materialização do desenvolvimento", em que as definições destacam a melhoria do bem-estar das populações rurais. Segundo esse autor, a noção de desenvolvimento trataria, pois, de uma "ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural, sendo o Estado seu principal agente". O desenvolvimento é aqui entendido como um processo multidimensional que engloba o ambiental, o político, o econômico e o sociocultural, permitindo a elevação no bem-estar e na qualidade de vida das populações.

² Mundo de vida são mundos sociais vividos, em grande medida centrados em indivíduos particulares. Tais mundos são um produto de processos constantes de reordenamento e reavaliação de relações e experiências por parte dos indivíduos. Os mundos de vida incluem ações, interações e significados e identificam-se com espaços sociogeográficos específicos, assim como com histórias de vida (LONG, 2007a, p. 443).

interações giram em torno do processo de negociação e manobra, da acomodação dos problemas e da disputa pela legitimação de pontos de vista, permitindo a desconstrução do conceito de intervenção e a observação das interações que devem ser analisadas como parte dos processos continuados de negociação, adaptação e transformação de significado inerente à mediação social (LONG, 2001; 2007a).

O presente artigo utiliza-se de uma metodologia qualitativa para compreender o processo de intervenção para o desenvolvimento rural realizado pela EMATER/RS-ASCAR a partir das noções teóricas de *interface social* e de *agência humana*, obtida na Perspectiva Orientada ao Ator – LONG (2001; 2007a); LONG e PLOEG (1989; 1994). Para tanto, dividiu-se este artigo em quatro seções. A primeira trata da relação entre extensão rural e intervenção para o desenvolvimento e aborda rapidamente a Agência de extensão rural no Rio Grande do Sul: EMATER/RS-ASCAR. As três seguintes tratam especificamente das dinâmicas de interface social estabelecidas entre Agência, extensionistas e público-meta.

A extensão rural e a intervenção para o desenvolvimento

O termo *intervenção* em sua origem latina é formado pelos vocábulos *inter* (entre, em meio de) e *venio* (ocorrer, chegar, voltar). Intervir, de acordo com Cimadevilla (2008), significa situar-se no meio de pelo menos duas situações ou ocorrências possíveis com o objetivo de facilitar alguma delas. A intervenção busca modificar a realidade dos outros, sob iniciativas públicas ou privadas, implicando certas concepções e interesses relacionados ao modo como se configura o tecido social.

O desenvolvimento pode estar relacionado ou pode ser compreendido como uma forma de intervenção. Esse processo busca modificar uma situação vivida por determinados atores. No caso do desenvolvimento rural, objetivado pela extensão rural pública do Rio Grande do Sul, na figura da EMATER/RS-ASCAR, a intervenção realizada implica certas concepções, interesses, dispositivos, estruturas que dizem respeito a uma ação específica.

Focar a análise nas práticas de intervenção permite entender as formas de interação, os procedimentos, as estratégias, os tipos de discursos e as categorias culturais dos atores envolvidos e dos agentes interventores. O processo de intervenção é complexo, envolvendo a reinterpretação ou transformação desse processo durante seu próprio desenrolar. Isso porque a intervenção explicita uma realidade múltipla, composta por percepções culturais e interesses sociais diferentes, constituída por contínuos esforços sociais e políticos dos vários atores envolvidos, não representando simplesmente um plano de ação já especificado e com resultados esperados, ainda que muitos dos agentes intervencionistas tenham essa expectativa.

Segundo Long (2007a), a tendência de muitos estudos foi de conceituar o processo de intervenção como de natureza linear, implicando uma progressão gradual da formulação de uma política, de sua aplicação e, posteriormente, de seus resultados. Como já se afirmou, esse processo é muito mais complicado e envolve a sua reinterpretação ou transformação. A intervenção não é um projeto com limites claros no tempo e no espaço, como é definida pelo aparato institucional do Estado ou pela agência que a aplica. As intervenções sempre são parte de uma cadeia de eventos localizados dentro de uma estrutura mais ampla de atividades de corpos estatais e/ou internacionais, das ações de diferentes grupos de interesses socialmente operantes.

Long (2001; 2007a) critica a intervenção vista como aplicação de um pacote externo que se desenha e projeta para uma situação local, objetivando estimular o desenvolvimento de certas atividades internas e reafirmando a necessidade de os grupos locais desenvolverem habilidades organizacionais e/ou necessitarem da ajuda de intermediários, facilitadores ou agentes especializados, com o fim de obterem acesso às instituições e aos recursos externos. Dessa forma, as agências de desenvolvimento tenderiam a aplicar suas tarefas de acordo com as estratégias interpretativas por elas próprias desenvolvidas, suplantando, na maioria das vezes, o conhecimento e as capacidades de desenvolvimento locais. Sem tais contribuições, o público-meta³ seria considerado absolutamente incapaz de dirigir sua própria vida e resolver situações problemáticas.

Arce, Villarreal e Vries (1994) acreditam que a intervenção estatal apresenta limites, mas é potencialmente positiva para provocar mudança no rural contemporâneo. Os limites estariam relacionados a formulação, implementação, prática administrativa das políticas, filtros e escolhas realizadas que favorecem alguns atores sociais em detrimento de outros e à influência difusa nas vidas cotidianas de pessoas. Tendo isso em vista, a capacidade de determinar mudanças poderia ser limitada, mas a intervenção externa poderia prover algumas condições necessárias ao desenvolvimento rural. Para isso, a intervenção estatal requer uma compreensão das diversas práticas em desenvolvimento rural.

Para Cimadevilla (2003, p. 95), a intervenção no meio rural passa a ser concebida como ferramenta do Estado para favorecer certos processos e a prática extensionista é vista como uma intervenção. Assim, são necessários alguns elementos:

- a) reconhecimento da existência de um estado da realidade social ou produtiva não desejável;
- b) decisão política que opte pela intervenção (externa) mediante uma instituição (agência) específica;
- c) existência de um conhecimento que supere aquele que rege a prática produtiva ou social em determinado momento e lugar;
- d) disposição de uma infraestrutura geradora desse conhecimento;

³ A opção pelo termo "público-meta" tenta retirar a carga valorativa do termo "beneficiário", esse se definindo como algo "do bem" ou "bom", ou seja, como aquele que usufrui necessariamente de algum benefício ou vantagem.

- e) criação de uma infraestrutura transferidora;
- f) suposição que a transferência é possível e desejável;
- g) consideração que a população em que opera a intervenção modificará sua conduta de acordo com o planejamento da ação "transfericista".

De acordo com Castro (2003), no caso da extensão rural como intervenção, observa-se a frequência de organismos públicos e a diferenciação entre a fonte (agência) e seus agentes, aqueles que realizam o contato com os receptores e convencem para adoção das técnicas e procedimentos adequados. Essa vertente de extensão, de acordo com o autor, materializa-se em programas e projetos a serem executados por tais agentes, transformando a realidade em uma dinâmica de transação com objetivos quantitativos.

A intervenção para o desenvolvimento rural objetiva, na maioria das vezes, criar um ambiente em que as pessoas possam desfrutar de qualidade de vida e de sustentabilidade de recursos, incluindo e integrando as dimensões econômica, política, ambiental, sociocultural. No entanto, o desenvolvimento é um processo com resultados inesperados, dependendo das inter-relações entre os atores envolvidos. Nesse sentido, analisar as dinâmicas de interface social entre extensionistas e público-meta permite compreender a complexidade do processo de intervenção para o desenvolvimento.

O trabalho da EMATER/RS-ASCAR foi iniciado há 55 anos e a história da extensão rural no Rio Grande do Sul confunde-se com a própria história dessa Agência⁴. A intervenção realizada pela extensão rural caracteriza-se por um conjunto de processos e métodos aplicados e utilizados para atender à sua missão institucional. O método considerado por excelência da extensão é a reunião seguida da visita. Além desse, outros esforços são despendidos em ações de assistência técnica e extensão rural (ATER), tais como: demonstração de métodos, cursos de formação, dias de campo, diagnósticos rápidos participativos, unidades de observação, unidades de experimentação participativa, atendimentos no escritório, seminários e encontros, campanhas, estudos de cadeia, estabelecimento com atividades agropecuárias de base agroecológica, excursões, planos de crédito, exposições-feiras, planos de desenvolvimento comunitário, programas de rádio, entre outros.

De acordo com o Relatório de Atividades de 2009, publicado pela EMATER/RS-ASCAR, a Agência possui escritórios em 485 municípios gaúchos, apresentando elevada capilaridade, estando presente em 98% dos municípios do Rio Grande do Sul. Além disso, mantém uma estrutura de dez sedes regionais, um escritório central, além de 40 unidades de classificação e certificação de produtos

⁴ A palavra Agência foi utilizada para designar as instituições de ATER, no caso em tela representando a EMATER/RS-ASCAR, não devendo ser confundida com a capacidade de agência de Giddens. Segundo Giddens (2009, p. 12; 2001), "agência refere-se a fazer", os indivíduos têm intenção e são cientes das razões que levam à prática de determinadas ações, os agentes são reflexivos, ou seja, têm capacidade de trazer para consciência e refletir sobre suas escolhas. As respostas dadas pelos atores explicam suas práticas, suas ações e suas intenções. A reflexividade não deve ser entendida meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do "fluxo contínuo da vida social".

agrícolas, um laboratório de geoprocessamento e dez centros de treinamento de agricultores. O corpo funcional conta com 1.890 empregados de diversas áreas do conhecimento. Em 2009, 422.527 integrantes familiares foram atendidos pelas ações dessa instituição, correspondendo a um público variado, na medida em que inclui agricultores, pecuaristas, assentados, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, além de outros grupos não necessariamente de agricultores (portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, diabéticos e presidiários). O público prioritariamente visado é o de agricultores familiares, tanto que, em 2009, mais de 74% das famílias da agricultura familiar do Estado foram atendidas pelas ações de ATER dessa Agência. Ademais, a EMATER/RS-ASCAR é a principal operacionalizadora das políticas públicas do Estado vinculadas à Secretaria da Agricultura, prestando, ainda, relevante trabalho de geração de dados e de informações de utilidade pública à disposição de universidades e do próprio Governo (EMATER, 2010).

Mundos de vida entrelaçados: as ações dos técnicos e dos agricultores

Um projeto de desenvolvimento pode ser compreendido como uma arena, um espaço social onde tomam lugar confrontações e afrontamentos, onde o conflito é inerente, expressando não somente interesses objetivos opostos, mas também o efeito de estratégias pessoais e de fenômenos idiossincráticos (maneiras de ver, sentir e reagir de cada indivíduo). O conflito estabelecido entre agricultores e técnicos pode remeter a diferentes posições e exprimir interesses ligados a posições sociais diferentes. Analisar o conflito, argumenta Sardan (1995), permite colocar em evidência os meios de prevenção ou de resolução desses conflitos e ir além da aparência consensual dos projetos de desenvolvimento.

Os extensionistas sustentam uma posição carregada de conflito e ambivalência, ao mesmo tempo em que representam os interesses da Agência de desenvolvimento, os seus próprios interesses e aqueles do público com que se relacionam. Os projetos de desenvolvimento, salienta Long (2007a), desenham intervenções que implicam a emergência de uma série de novas interfaces (ou de "velhas interfaces transformadas") que incluem uma multiplicidade de atores e instituições, sendo, portanto, uma dinâmica complexa e variante.

A interação entre extensionistas e agricultores é composta por vários elementos diferentes. As interfaces com o público não são assuntos ocasionais, mas implicam interações ao longo do tempo, durante o qual as percepções dos atores podem mudar e suas metas podem ser desviadas ou redefinidas. O agricultor poderá, inclusive, romper relações com a agência ou com o técnico, e ainda adquirir novos serviços e contatos. As transações entre técnico e agricultor não se restringem a bens materiais, mas dizem respeito também a significados sociais, negociados em encontros de interface. Essa interface estabelecida entre técnicos, agricultores e as agências de desenvolvimento apresentam um conjunto de regras, normas, objetivos para abordar interesses conflituosos, denominado

“projeto de desenvolvimento” (convênio ou pacto) que se torna uma entidade organizada⁵ de relações e intencionalidades entrelaçadas, marcado por um acordo oficial e por relações personalizadas.

Os técnicos e os agricultores introduzem-se no mundo de vida um do outro e compartilham experiências. Às vezes, as relações tornam-se tão íntimas que o técnico vira um conselheiro emocional, conforme depoimentos abaixo destacados:

[...], ele [o técnico] é *quase um consultor para assuntos gerais*. Até na questão de relações, casamentos, dos filhos, tudo isso a gente discute com a família, então, claro que não é geral, não é todo o técnico, mas *boa parte do pessoal tem uma relação assim muito forte com o agricultor*. Então nós vemos várias situações que se propõem coisas novas ou desconhecidas o agricultor ainda tem a posição, de conversar com o pessoal da Emater para ver o que eles acham. [...] (ER, SR, 8) (Grifos dos autores).

[...] Uma coisa que eu sempre converso e procuro ter claro pra mim, às vezes a gente vai em uma propriedade fazer uma visita, na verdade ela não está interessada em temas técnicos, *ela está interessada em conversar, trocar uma ideia, ver o que a gente acha*. As aspirações das pessoas do meio rural são às mesmas nossas, ela quer que os filhos progridam, ela quer ter uma melhor situação financeira, ela quer ter uma boa saúde. Então a gente às vezes vai pra fazer uma intervenção técnica e *acaba mais fazendo uma intervenção social* e que pra essa pessoa, no dia, aquilo foi muito mais importante do que qualquer outra coisa (EM, TS, 16) (Grifos dos autores).

A natureza do trabalho do extensionista produz certo nível de conhecimento específico, baseado na experiência pessoal, o que proporciona certo grau de autoridade e flexibilidade para tomar decisões, permitindo atender em parte aos agricultores e, em parte, às agências de extensão. Assim, o técnico monta estratégias de intervenção – possibilidades de manobrar os discursos existentes nas arenas e nas dinâmicas em que os atores interatuam. O extensionista é o "administrador múltiplo da interface social", não é um simples empregado da agência de desenvolvimento; ele é o executor que transforma estrategicamente as regras em formas específicas de prática (LONG, 2007a). No entanto, o técnico não pode desconsiderar a formação de pontos de vista opostos na relação com o agricultor, pois, se lhe escapa essa observação, ele arrisca-se a perder legitimidade profissional aos olhos do agricultor e da agência de desenvolvimento/extensão.

Uma possibilidade de estabelecimento da interface social: o extensionista realiza o diagnóstico local, apropria-se do contexto, estabelece laços de amizade e confiança com os agricultores, identifica problemas e propõe uma estratégia de desenvolvimento. No entanto, esse tem metas a cumprir, vinculadas à agência de desenvolvimento, muitas vezes distantes das técnicas e estratégias inicialmente

⁵ A noção de entidade organizada, representada pelo projeto de desenvolvimento, é muito ilustrativa do contexto que envolve a extensão rural, pois a reificação é constante nessas situações, referindo-se à presença de uma lógica interna e de uma racionalidade específica dos projetos de desenvolvimento.

propostas. Assim, encontra-se em uma situação de dúvida, pois não sabe se atende à demanda dos agricultores ou se oferta os “pacotes” da agência. Quando procura satisfazer os agricultores, o técnico corre o risco de ser taxado de insubordinado e sofrer penalizações. Dessa forma, muitas vezes, as iniciativas dos extensionistas são mortas na gestação. Ao manobrar os diferentes e conflituosos interesses, o extensionista pode assim ser recompensado ou retaliado tanto por parte da administração da agência, quanto por parte dos agricultores. Em relação à agência, a situação poderia acarretar uma promoção ou uma transferência e, em relação aos agricultores, a situação poderia acarretar ganho de confiança ou desconfiança e desinteresse. Para os agricultores, esse fato representa descaso da Agência para com eles, porque, uma vez iniciada a relação de confiança, a troca de técnico gera descontinuidade do trabalho e descontentamento.

Os encontros de interface social também podem ser exemplificados pela situação em que o técnico procura separar sua posição da postura da instituição e, até mesmo, criticar a agência:

[...] Nós já entramos em "n" programas, até fui contra. Mas eram programas de governo. O governo Brito fez aqueles assentamentos, levou os agricultores do planalto para a fronteira, um tipo de reforma agrária e uma série de coisas que foram feitas dentro daquele programa, deu algumas discussões, [...], e um dia ele [o secretário da agricultura] veio aqui e disse que se nós não fizéssemos estávamos todos na rua, “porque o governo Brito quer que faça e nós vamos fazer e acabou!” (EC, ATE, 2).

O técnico acima demonstra sua capacidade de manobra e de agência humana, quando discorda de um programa governamental e de sua forma de definir uma estratégia de ação. A capacidade de agência pode estar ligada a práticas organizativas, à capacidade reflexiva e à criatividade dos atores sociais. Nesse caso, a desarticulação do programa do Governo realizada pelos extensionistas no momento em que verificaram o desacordo com os interesses do agricultor, pode representar sua criatividade frente à situação e o desenvolvimento de uma estratégia de ação para perseguir um objetivo:

Tu podes ter certeza de uma coisa, o técnico de campo se identifica com o produtor e ele vai procurar ajudar o produtor. Caso ele não concorde com a política, ele vai solapar, "enrolar o governo". A gente sabia que aquilo iria prejudicar os produtores, então nós resistimos (EC, ATE, 2).

O comentário acima ainda revela o grau de consciência da falta de adequação entre a realidade dos agricultores e os programas do Governo, bem como a busca de espaços de negociação e de manobra pelo técnico. Quando não há identificação com um projeto da agência, os técnicos agem de forma a buscar alternativas para realização de seu trabalho, mesmo que isso signifique ir contra as metas ou propostas da instituição.

Nos encontros de interface social também é possível identificar a capacidade de agência dos agricultores que embora deem espaços para o

conhecimento de novas técnicas (questão experimental), também se posicionam frente ao técnico, deixando claro que a decisão de adesão ou não depende de sua opinião. A agência humana localiza os indivíduos em mundos de vida específicos, nos quais manejam seus assuntos cotidianos, o que se verifica no depoimento do agricultor, abaixo destacado:

Se eu discordo da ideia dele, o que dá pra fazer é uma questão experimental, mas se envolver alguma movimentação financeira ou alguma mudança no plano de trabalho, que eu havia pensado, *prevalece é a minha opinião, isso eu não abro mão, porque é o agricultor que está próximo, que está vivenciando no dia a dia [...]* (AF, 40) (Grifos dos autores).

Com base nesse depoimento pode-se identificar o desafio do técnico em aproximar as propostas da Agência de desenvolvimento à realidade do agricultor. Percepções diferentes de agricultura e de desenvolvimento, baseadas em sistemas de sentido e significados distintos revelam conflitos de interesses e de objetivos, o que se verifica nos trechos da entrevista de um pescador abaixo destacada:

[...] Eles nos jogaram esse bote aqui, que foi comprado pela EMATER/RS-ASCAR, feito um financiamento para nós pagarmos no Banrisul [...]. Chegaram aqui, jogaram o bote, nós tivemos que nos virar entre cinco (pescadores), sendo que quatro correu, não pagaram, e eu tive que assumir a dívida.

[...] Foi jogado goela a baixo para nós. Não nos ensinaram como lidar com o bote. Eles simplesmente deram um ano de carência e não aconteceu, ficou na base de 8 meses e a gente já teve que pagar e não tivemos a mínima chance, o motor que veio é Mercury [...], não existe peça aqui para esse motor, por isso tivemos muita dificuldade. A peça tem que vir do Japão, encomenda por Canoas, Porto Alegre, nas firmas, tem que correr que nem louco para buscar peças.

[...] É que a coisa foi jogada. Nós não tivemos nenhuma aula, nenhum ensinamento de motor, como era, não veio um técnico nos ensinar, então foi jogado no meu pátio, aconteceu isso (AF, 39).

A situação descrita acima representa o ponto de vista do pescador. A mesma situação é entendida sob outra perspectiva na visão do técnico:

O RS Rural permitia que os pescadores pudessem acessar ao programa na opção Geração de Renda com Retorno, onde se poderia buscar até R\$ 6 mil por família. Esse valor gerava um contrato com o Banrisul de dívida individualizada (ligada ao CPF). Esse pescador articulou um grupo para a aquisição de um bote de pesca no mar e um motor de popa 25hp. A técnica era nova no litoral e ele imaginou que seria muito rentável. Porém, o grupo ficou com medo de entrar no mar com o bote e acabou se desfazendo e nunca usando o equipamento. Esse grupo também não pagou a dívida junto ao banco. Porém, como existia o aval solidário, todos os CPFs ficaram marcados como devedores ativos. Esse é o dilema daquele pescador! Ele culpa a ideia, o banco, o RS Rural, etc... mas no fundo foi uma aposta que não deu certo! Os mediadores sociais apenas auxiliaram na viabilização da proposta, via RS Rural (ER, SR, 9).

Este caso demonstra uma situação em que não ocorre o encontro de interface social. O bote era parte do Programa RS Rural, viabilizado pela Agência (EMATER/RS-ASCAR), na opção de Geração de Renda com Retorno, representando, portanto, parte de uma meta/objetivo. No caso estudado, o pescador foi envolvido no projeto da Agência apresentado pelo técnico, pois a possibilidade de obter ganhos financeiros com tal proposta definiu a aceitação do projeto. No entanto, essa experiência resultou em descontentamento por parte dos pescadores com a Agência, pois a oferta do bote não atingiu seus objetivos e tornou-se algo desinteressante para os pescadores.

As pontes de comunicação iniciadas pelo técnico e dirigidas para melhorar a situação (pesca) resultaram em uma separação maior dos dois mundos, e legitimaram cada corpo de conhecimento, do técnico (conhecimento técnico-científico) e do agricultor (conhecimento contextual). Tal situação não levou ao compartilhamento da experiência e do conhecimento pesqueiro (conhecimento híbrido – resultado da apropriação do conhecimento). A forma com que se desenvolveu essa situação de interface resultou em uma confrontação e separação de interesse das partes envolvidas.

Além disso, as experiências negativas, tanto individuais quanto coletivas, provocam desconfiança dos agricultores e convertem-se em uma espécie de "memória coletiva". Essa seria uma barreira psicológica ao desenvolvimento de relações de confiança entre os técnicos e os agricultores. O descompasso entre os interesses dos agricultores e os projetos propostos, construídos pela Agência e pré-definidos (estrutura), formam para os agricultores a imagem de que o Estado não tem interesse nos seus problemas. Assim, os objetivos e projetos da Agência são vistos como inadequados e ineficientes e os agricultores acabam se isolando ou colocando-se como marginais aos projetos propostos.

A interface coloca frente a frente grupos que defendem ou simbolizam pontos de vista contraditórios. Há uma marcada descontinuidade entre o que o técnico observa e interpreta e as coisas que o agricultor observa e interpreta. Essas diferenças podem conduzir a uma comunicação imperfeita ou choque de racionalidades, o que se verifica na situação abaixo:

Eu vou buscar outro agricultor e deixo passar. Tento primeiro entender se era uma coisa realmente importante pra ele, *se na minha concepção era importante, talvez na dele não era*. Talvez ele não participe naquele momento, naquele tipo de trabalho e vai participar em outro. [...] Da mesma forma existem grupos que participam mais, outros menos, conforme o assunto [...]. Então, nós *estamos aí pra atender o pessoal e não para impor ações ou atividades* (EM,TS, 16) (Grifos dos autores).

A interface social é o ponto crítico de interseção entre distintos domínios ou mundos de vida, onde se encontram as descontinuidades sociais por diferenças de valores, interesses e poder (LONG, 2007a). No caso acima, o técnico procura entender o porquê da não adoção e ainda reflete sobre seu papel de mediar e não impor atividades. Cabe ao agricultor definir ou decidir sobre o que é melhor para

ele: ao técnico cabe abrir espaço para o diálogo entre modos contrastantes de construção do conhecimento.

Uma das grandes dificuldades do processo de intervenção é a compreensão das necessidades e de interesses do outro. De modo geral, a necessidade do agricultor é vista a partir do que o extensionista considera uma necessidade (dentro de seu sistema de sentido), a partir de seu ponto de vista que tem por base seu conjunto de conhecimentos técnico-científicos, não refletindo sobre os desejos e a necessidade do agricultor, a partir do conjunto de valores dele.

As análises de interface revelam de maneira concreta a natureza das relações entre a Agência (EMATER/RS-ASCAR, operacionalizadora das políticas do Estado do Rio Grande do Sul), o público-meta e os técnicos. Ajudam a identificar quanto espaço político há para iniciativas locais, encaminhadas para alterar o padrão de distribuição de recursos ou para melhorar os benefícios recebidos pelos grupos locais. Dessa forma, facilitam a compreensão do caráter e da importância de tipos específicos de intervenção política. A noção de interface social colabora na compreensão das várias formas de poder estatal e não estatal que se constituem e reconstituem-se nas práticas da vida cotidiana. E, ainda, ressalta os processos pelos quais quem carece de poder se apropria, manipula e subverte a autoridade externa em suas lutas para defender e promover seus interesses e projetos, apresentando capacidade de agência e mobilizando redes de relacionamento e de conhecimento.

As redes de interface social e de conhecimento

Long e Ploeg (1989) mencionam que cada agricultor ou grupo de agricultores forma uma rede de interface que integra o agricultor a seu entorno agrícola. A rede está constituída por uma série de atores que intervêm nas atividades rurais relacionadas com insumos e produção. Tais redes de interface podem apresentar-se de diferentes formas, sejam pessoais e baseadas no compromisso, sejam de caráter oficial reconhecido implicando a filiação a organizações como cooperativas e associações, por exemplo.

Um exemplo de rede pessoal pode ser verificado no depoimento abaixo:

[...] A gente tenta levar "meio a meio", porque o técnico vai me dizer para fazer tal coisa que isso é bom e dá certo, tanto faz a atividade que for, tu tens que ir pelo teu. Agora o técnico vai dizer, planta, faz tal cultura, que vai dar certo, e se depois não dá, tu vais arriscar uma coisa que tu não tem, eu diretamente não sou assim. *No caso de oferecer uma variedade nova, uma planta, eu muitas vezes pego uma pessoa, que um ano atrás já cultivou tal coisa e deu certo.* Tu arrisca um pouco esse ano, assim que funciona (A, A, 37) (Grifos dos autores).

Nessa situação, o agricultor afirma que, para introduzir uma técnica nova em seu estabelecimento, ele procura outro agricultor que já o fez, ou seja, aciona uma rede pessoal de relacionamento para apoiar sua decisão ou não de utilizar tal

técnica. E ainda afirma que sua decisão pode causar prejuízos financeiros, por isso que ela deve ser bem fundamentada ou resguardada. Com essa afirmação, comprova-se a estratégia definida pelo agricultor para balizar sua tomada de decisão, incluindo a opção de rejeitar o projeto do técnico (implantação de uma técnica), porque este não se coaduna com seus objetivos.

Outro exemplo de rede de interface de caráter pessoal ou baseada no compromisso são os “Grupos Organizados do Lar” (GOLs), formados por agricultoras, presentes nos municípios por regiões específicas, representando espaços para sociabilidade, recreação, conhecimento, troca de informações e saberes, cooperação e trabalho. As redes de interface de caráter oficial podem ser exemplificadas pelos tradicionais Conselhos de Desenvolvimento Rural, sindicatos dos trabalhadores rurais, associações e organizações dos agricultores.

A formação e o funcionamento das redes de interface, na prática, envolvem uma observação profunda e paciente, porque os vínculos existentes são frágeis e variantes, caracterizados pela não permanência e pela falta de coerência. Os agricultores buscam redes informais e fontes de conhecimentos.

O trabalho da extensão rural coloca seus agentes em interação com o público-meta quase que diariamente. Vários encontros, programas, seminários, cursos, visitas, dias de campo são organizados para promover as atividades dos extensionistas, para apresentar uma nova proposta de trabalho ou angariar agricultores que adotem determinada técnica/ inovação. Além desses, outros encontros também são realizados com o objetivo de relacionamento e de barganha, junto a políticos, pesquisadores, planejadores, executivos etc. Esses encontros não somente dizem respeito a questões e de disputas técnicas, mas também a conflitos de interesse, conforme se pode observar no caso descrito abaixo.

Os extensionistas tinham o projeto de implantação de agroindústrias na região do Vale Taquari. Por intermédio do discurso e de sua legitimação frente aos agricultores, conseguiram envolver uma família de agricultores em seu projeto de agroindústria. Dentre os objetivos do técnico, vinculados a uma meta estipulada pela Agência, estava o de conseguir que outras famílias também viessem a implantar a agroindústria. Para isso, realizaram um evento de inauguração em que convidaram todas as autoridades e agricultores da região. Nesse evento, apresentaram o projeto, a partir de uma unidade de referência, com uma agroindústria instalada. Nessa ocasião, Dona Adelaide⁶, que não tinha interesse em agroindústria, pois seu projeto estava voltado para a plantação de orquídeas, foi convidada a participar, com o intuito de ser envolvida na proposta dos técnicos. O projeto de Dona Adelaide estava bem distante do proposto, mas, mesmo assim, com certa resistência a participar, foi à inauguração para ver como era, para sair da rotina das tarefas cotidianas e para encontrar outras agricultoras.

⁶ O nome da agricultora foi trocado para manter o anonimato.

Dona Adelaide possui uma ampla rede de relacionamento, tanto pessoal quanto oficial⁷, pois coordena um grupo de aproximadamente 300 mulheres, trabalhadoras rurais, sendo presidente de uma Associação de Mulheres no Município onde reside. Como seu projeto era plantar orquídea, ela foi procurar orientações, palestras e excursões, ou seja, acionou a rede de relacionamentos pessoais e verificou que não estava na hora de plantar orquídeas, porque demandaria muito tempo e ela não poderia destinar o tempo necessário para cuidado e produção das orquídeas, conforme relato:

[...] Eu até queria começar a plantar orquídea, mas daí eu vi, passei nas palestras, passei algumas excursões aí eu vi que não era o meu momento ainda, porque a orquídea é uma coisa que precisa muita atenção e não tenho esse tempo ainda, porque eu preciso trabalhar (A, OR, 32).

Com base no relato acima, pode-se inferir que, nas relações de interface entre técnicos e agricultores, há disputas de interesse e de conhecimento que requerem reivindicações contraditórias em contextos de desenvolvimento rural. No caso de Dona Adelaide pode-se verificar que o projeto dos técnicos estava voltado para a implantação de agroindústrias na região. Em função disso, Dona Adelaide foi convidada para participar da inauguração. A estratégia dos técnicos era de envolvê-la nesse projeto. No entanto, os interesses da agricultora estavam centrados na plantação de orquídeas. Por isso, a agricultora não teve interesse no projeto da agroindústria, mesmo não tendo condições de assumir a plantação de orquídeas. Assim, verifica-se que o poder não é uma propriedade estrutural fixa que é invocada para explicar a ação de ator particular. O poder é negociado por atores e pode estar fluido. Por isso, o sucesso ou fracasso de uma intervenção externa não está garantido. O mundo de vida dos agricultores não se restringe às opções espaciais e estratégias promovidas por determinados projetos vindos de fora. Situações de embate e pontos de vista contraditórios são frequentes entre técnicos e agricultores.

Ainda, destaca-se que encontros de conhecimento representam esforços dos atores em envolver em seus projetos outros atores. Nesse contexto, os técnicos buscam envolver totalmente o agricultor em seu projeto (projeto do técnico), conquistando sua confiança, conseguindo que aceitem marcos particulares de significado e adotem seus pontos de vista (ponto de vista do técnico). Quando ocorre esse envolvimento, há êxito nessa situação e os atores (agricultores) delegam poder aos técnicos, implicando uma influência controladora e atribuições de significado:

⁷ Long e Ploeg (1989) mencionam que cada agricultor ou grupo de agricultores forma uma rede de interface que integra o agricultor a seu entorno agrícola. A rede está constituída por uma série de atores que intervêm nas atividades rurais relacionadas com insumos e produção. Tais redes de interface podem apresentar-se de diferentes formas, sejam pessoais e baseadas no compromisso, sejam de caráter oficial reconhecido implicando a filiação a organizações como cooperativas e associações, por exemplo.

[...] *A partir da hora que ele [agricultor] cria a confiança no técnico, ele não faz nada sem perguntar pro técnico.* Na extensão a gente fala que existem dois salários, o do dinheiro e o da satisfação e do reconhecimento, porque o produtor é muito agradecido. Isso é muito gratificante para quem está trabalhando no interior (EC, ATE, 2) (Grifos dos autores).

No exemplo acima descrito, verifica-se que os discursos falados, e inclusive os não verbais, reúnem (arrebanham) seguidores e desempenham papel importante para moldar as reações dos agricultores às intervenções, porque o significado dos argumentos depende de quem está comunicando, para quem se está comunicando e como se transmite, se recebe ou se transforma a mensagem. Nessa situação não se pode perder de vista a ideia de poder fluido: assim como o agricultor apresenta margens de manobra e de negociação, ele também pode ser envolvido pelo projeto do técnico, representando que o conhecimento científico/técnico sobressaiu-se ao do agricultor. A retórica é uma "arma estratégica" na mão dos interventores, mas todos os atores exercem algum tipo de poder.

Na interface entre técnico e agricultor, cada um é portador de um mundo de vida próprio, a relação estabelecida entre eles é desigual não somente em termos de conhecimentos e perícia, mas também na capacidade de obter recursos. No depoimento abaixo, o técnico reconhece a legitimidade do conhecimento científico do extensionista frente ao agricultor. No entanto, o técnico admite sua posição como um mero "palpiteiro", porque reconhece que a decisão final é do agricultor:

[...] Tu sempre achas que o "superpoder" de técnico vai te dar sempre razão em relação ao que pensa o agricultor. Isso é comum, mas sempre sabendo de que quem vai botar o dinheiro e de que a propriedade é do agricultor, então *tu é um mero palpiteiro na história.* [...] (EC, ATE, 3) (Grifos dos autores).

A visão de superioridade do técnico está respaldada pela ideia de um "superpoder" que pode ser atribuído ao conhecimento científico e à legitimidade de sua posição frente a um ator desprovido de capital e oralidade. No entanto, os recursos dos agricultores são outros, são diferentes dos recursos dos mediadores, por isso, a consideração da assimetria de poder entre eles. O próprio silêncio pode ser considerado uma forma de poder. O silêncio do agricultor é, justamente, seu maior aliado, não representando aceitação, concordância ou até mesmo passividade. O silêncio também é uma forma de manifestação e não sendo sinônimo de anulação. Os recursos dos agricultores concentram-se nas suas decisões, na forma de "tocar" o estabelecimento rural, nas redes formadas, nas suas organizações, nas diferentes maneiras de responder aos problemas. Esses recursos lhe dão a possibilidade de manobra e negociação.

A revelação do agricultor como agente: uma resistência “ofensiva”?

Na compreensão da interface estabelecida entre os extensionistas e o público-meta, manifesta-se a revelação do agricultor como agente, um ator com capacidade de agência humana, ou seja, um ator social possuindo habilidades para conhecer e para captar, resolvendo seus problemas, aprendendo a intervir nos fluxos de eventos sociais, observando a reação dos outros e supervisionando suas próprias ações.

Na arena local (projeto de desenvolvimento), duas espécies de poder estão emaranhadas: a dos agricultores e a dos técnicos. Apesar de esses atores serem dotados de recursos de poder desiguais e desequilibrados, eles têm a capacidade, não retórica, mas real, de não fazer o que se espera deles ou de fazer diferentemente, apresentando margem de manobra, como a resistência e a recusa a participar, “formas invisíveis de agir dos mais desprovidos” (LONG, 2007a).

Essa situação pode ser verificada no caso em que os agricultores não aceitaram a proposta do técnico para a implementação de uma unidade de observação com vacas leiteiras em seu estabelecimento rural. A unidade de observação consistia na montagem de um modelo com oito ou dez vacas e no monitoramento diário da produção de leite. Tal unidade serviria para o estudo e teste de determinadas técnicas que serviriam de referência para que outros agricultores fossem estimulados a adotá-las. A não aceitação da unidade, embora fosse uma opção familiar (individual), teve reflexos coletivos, pois a mobilização da rede de agricultores que poderia implementar tal técnica foi desarticulada pela ação de desistência. Esse fato confirma a existência de uma forma de resistência cotidiana, representada pela não participação ou não adesão.

Ele [técnico] tem que chegar no meio terno, ou ele prove que aquilo vai funcionar [...]. Nós já tivemos várias contradições e inclusive, ele teve lá em casa montando um modelo, e eu achei que não estava na hora de participar disso, então eu disse pra ele que não dava e pronto. [...] Ele queria tirar umas oito ou dez vacas e todo o dia medir o leite, se o leite aumentava ou diminuía, porque disso ou daquilo, [...] nós discordamos. Para ele era bom porque era pertinho da cidade, então era mais fácil [A esposa respondeu]. Ele [o técnico] ficou um pouquinho desapontado (AC, 36).

Pode-se verificar no depoimento acima que, mesmo o agricultor observando o desapontamento do técnico e depois que a implantação do modelo já estava em andamento, não titubeou em negar tal oferta, pois achava que não estava na hora de participar e não tinha certeza quanto aos resultados prometidos. Assim, o agricultor, mediante uma opção individual, sem pretensões, desarticulou uma ação coletiva, baseada na estratégia do técnico. Esse exemplo da unidade de observação é uma forma de resistência cotidiana, porque é uma prática com efeitos na estrutura (projeto de implantação de unidades de observação – meta estabelecida pelo Escritório Central, baseada em convênio firmado com a Secretaria de Agricultura). A desistência de implantação do projeto no

estabelecimento rural de um determinado agricultor gerou uma irradiação de não adoção em torno dele, transformando aquela prática individual em coletiva. Essa ação informal difusa e fragmentada não tinha intenção de ser coletiva, mas gerou mobilização e resistência, com um grau de ofensividade.

Conforme Menezes e Malagodi (2010, p. 21), "as práticas de resistência não são pensadas como reações ou oposições às formas de dominação, mas como diversas estratégias que grupos sociais utilizam de forma a garantir sua autonomia e dignidade em face às relações de exploração e dominação".

A revelação do agricultor como um ator/agente também se confirma no relato do agricultor que não fica somente à espera do que o técnico pode oferecer, suprindo suas necessidades de informação e de recursos de outras formas, manifestando capacidade de agência, como fica explicitado neste comentário: "eu sempre tive uma visão diferenciada, a questão em que o agricultor teria que buscar algo mais" (A, OR, 33). A maioria dos agricultores entrevistados demonstrou facilidade de expor ideias, desenvoltura e articulação, também se verificou elevada autoestima nos depoimentos, além de opiniões bem definidas, defesa de pontos de vista, denotando que eles têm clareza quanto aos seus objetivos e estratégias.

Além desse caso, destaca-se no trecho de entrevista abaixo, a manifestação da interface de conhecimento entre técnico e agricultor, quando esse último refere que a relação entre eles é de troca e de ajuste:

[...] *é uma troca*, eles aprenderam a parte técnica e nós a prática, entre a prática e a técnica sempre tem um ajuste. [...] *Nós sabemos como funciona na prática, eles sabem a técnica*, se nós botamos na prática e não funcionar o prejuízo é nosso, não vai ser deles [...] (AA, 37) (Grifos dos autores).

As atividades do cotidiano e o "jeito de fazer" permeiam as escolhas dos agricultores e as suas decisões. No entanto, há espaços para a negociação, desde que respeitado seus interesses. Quando não há interesse por parte do agricultor, há resistência, cabendo a ele a tomada de decisão:

[...] Porque o pai dele vinha fazendo daquele jeito e dava certo, então ele vem de gerações, fazendo aquilo e dando certo, toda a mudança que tu vais lá e propõe para ele, normalmente, além de mudar o hábito dele, exige algum investimento de conhecimento e tem que se adaptar a isso. [...] Então ele começa a criar uma resistência. [...] A profissão de agricultor tem um lado bom, mas é uma profissão que depende de uma série de coisas. Por causa de todas estas dificuldades, ele se torna mais fechado à mudança. [...] ele vai ver que ele pode fazer e *vai fazer, desde que esteja dentro das condições dele* (EC, ATE, 2) (Grifos dos autores).

Então, a ideia de "vítima indefesa" não se encaixa ao agricultor, pois esses agentes percebem-se capazes de manobrar dentro de determinados contextos ou redes e desenvolver estratégias, assim como decidir o caminho a ser percorrido. Não se trata, pois, de uma resistência passiva. Isso não implica deixar de reconhecer o espaço frequentemente restrito para as iniciativas individuais, mas

considerar como os atores identificam e criam espaço para seus próprios interesses e para as mudanças.

Nas relações de interface social, as margens de manobra envolvem um grau de independência em certas esferas e um grau de dependência em outras, implicando o envolvimento dos outros em seus projetos. Essa situação envolve uma disputa para impor aos outros significados e representações que, no caso em tela, são úteis para os interesses do agricultor, implicando poder, negociação e consentimento. O poder apresenta-se como uma negociação de eventos microssociais.

A noção de interface social permite compreender como o silêncio dos agricultores pode representar uma situação de manobra, de negociação e de poder, pois se reveste da possibilidade de exercer, assim, certo controle, prerrogativa, autoridade e capacidade para ação, mesmo que essa seja nos "bastidores" e em momentos flutuantes. As relações de poder geram resistência, acomodação e submissão estratégica, e emergem da interação de elementos de acatamento, conformidade, assim como desafio e oposição. A subordinação implica também uma condição autoimposta. Os agricultores aprendem a tratar com as intervenções externas, contra-argumentando ou mesmo silenciando; criam espaços para manobrar, não se comprometendo com os planos elaborados ou improvisados pela parte externa e aprendem a encontrar seu caminho, extrair benefícios, ainda quando isso signifique subordinar-se às normas externas, pelo menos na retórica.

Em algumas situações a resistência do agricultor pode ser tão grande que a relação de interface entre ele e o técnico não se estabelece. Os mundos de vida reafirmam-se e mantêm-se à parte. Os técnicos concentram seu poder no controle formal do programa/projeto, assim perdendo a oportunidade de usar o próprio conhecimento e a experiência dos agricultores para transformar o seu conhecimento de uma maneira significativa. Por outro lado, os agricultores focam-se nos espaços de manobra dentro da normatividade do programa, mas aspiram impedir que os extensionistas tomem o controle que eles têm de suas próprias vidas. Portanto, de diversas maneiras, a relação entre os mundos de vida não se dissolveu nem se transformou, seu resultado final foi uma "coexistência incômoda". Para ocorrer a intervenção faz-se necessário o envolvimento do técnico e do agricultor. Embora a intervenção seja contraditória por natureza, é a negociação, o diálogo e a própria interface social que irá permitir a acomodação dos objetivos, tanto do projeto de desenvolvimento quanto dos agricultores e técnicos.

Considerações finais

A opção teórico-metodológica propiciou analisar as dinâmicas de interface social que ocorrem na arena que se forma a partir de um programa ou projeto de desenvolvimento, desvelando o jogo de forças e de poder que envolve uma proposta de desenvolvimento, abrindo espaço para a compreensão da

complexidade da intervenção, valorizando os espaços de manobra e superando as análises que consideram o jogo social antecipadamente definido. Nessa linha, a análise do empírico permitiu verificar a existência de um poder fluido, ora prevalecendo os interesses do agricultor, ora do mediador, não sendo possível uma determinação linear dessa relação. O poder não é um "jogo de soma zero", ou seja, a detenção de poder pelos técnicos não significa que os agricultores não possam tê-lo, apenas que os recursos dos agricultores são outros, são diferentes dos recursos dos mediadores. Os recursos dos agricultores concentram-se nas suas decisões, na forma de gestão do estabelecimento rural, nas redes formadas, nas suas organizações, nas diferentes maneiras de responder aos problemas. Esses recursos lhe dão a possibilidade de manobra e de negociação.

Sob a luz da Perspectiva Orientada ao Ator, o processo de intervenção para o desenvolvimento pode ser qualificado através da negociação entre os atores, da consideração de seus pontos de vista, objetivos e estratégias, da interface de conhecimento, tanto dos técnicos como dos agricultores. Esta abordagem teórico-conceitual permite aos atores sociais envolvidos em práticas de desenvolvimento a reflexão e a análise de suas circunstâncias de vida e avaliação de possíveis estratégias de ação.

Na prática, a intervenção para o desenvolvimento rural apresenta negociações de objetivos e de demandas podendo remeter a situações de conflito. Sendo assim, o extensionista é um agente estratégico, um administrador múltiplo da interface social estabelecida. Tanto técnicos como agricultores apresentam margem de manobra e de negociação. No caso em tela, os encontros de interface social entre extensionistas e agricultores ocorrem diariamente. Em algumas situações a relação de interface se estabelece e manifesta-se o conhecimento híbrido (interação do conhecimento contextual e científico). Em outras situações a interface social não se estabelece e os mundos de vida do extensionista e do agricultor reafirmam-se e mantêm-se à parte. A relação entre os mundos de vida não se dissolveu nem se transformou e o resultado final foi uma "coexistência incômoda".

Referências

ARCE, A.; VILLAREAL, M; VRIES, P. The Social Construction of Rural Development: Discourses, Practices and Power. In: BOOTH, D. (edit). *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. London: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 153-170.

CIMADEVILLA, G. La naturaleza no natural de la extensión rural. In: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). *La extensión rural en debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2003. p. 66-108.

_____. Trayectos y grises de las teorías y de las prácticas en comunicación y desarrollo. In: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (ed). *Grises de la extensión y el desarrollo*. Santa Rosa (AR): Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. p. 101-110.

EMATER. *Relatório de atividades da Emater/RS-Ascar*. 2009. Porto Alegre, 2010. 126 p.

FLORIT, L. F. Teoria social e relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, n. 10, p. 61-86, 1998.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 457 p.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-448, set./dez. 1997.

LONG, N. *Development Sociology: Actor Perspectives*. London: Routledge, 2001. 293 p.

_____. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007a. 504 p. (Colección Investigaciones).

_____. Resistance, Agency and Counter-work: a Theoretical Position. In: WRIGHT, W. e MIDDENDORF, F. (ed.) *The Fight over Food*. University Park, PA: Penn State University Press, p. 69-91. 2007b. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=VVbHKUIwvVIC&printsec=frontcover&dq=the+fight+over+food&source=bl&ots=Re6bWSNYbP&sig=WZn2mL_zbaAnBb3TYR0uT0zDZ-M&hl=pt-BR&ei=b83_S8D6J0qSuAFLu-X3DQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CBIQ6AEwAg#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 28 maio 2010.

LONG, N; PLOEG, J. D. Demythologizing Planned Intervention: an Actor Perspective. *Sociologia Ruralis*, Devon, v. 29, p. 226-249, 1989.

_____; _____. Heterogeneity, Actor and Structure: towards a Reconstitution of the Concept of Structure. In: BOOTH, D. *Rethinking Social Development Theory, Research and Practice*. London: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

_____; _____. Reflections on Agency, Ordering the Future and Planning. In: FRERKS, G.; OUDEN, J. (Ed.). *In Search of the Middle Ground: Essays on the Sociology of Planned Development*. Wageningen (Holland): Agriculture University, 1995. p. 64-79.

MENEZES, M. ; MALAGODI, E. *Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência*. 24 p. Versão preliminar. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.doc>. Acesso em: 05 jun. 2010.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 43, set./dez. 2001.

SARDAN, J. P. O. de. *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: APAD-Karthala, 1995. 221 p.

Recebido em 27/01/2011.

Aprovado para publicação em 02/05/2012.

Sobre os autores:

Cidonea Machado Deponti

Doutora em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

Av. Independência, 2293 – Bairro Universitário – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil – CEP: 96815-900.

E-mail: cidonea@yhao.com.br

Jalcione Pereira de Almeida

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Sociologia (PPGS), ambos da UFRGS. Pesquisador CNPq.

Av. João Pessoa, 31 – Centro - Porto Alegre - RS – Brasil – CEP: 90040-000.

E-mail: jal@ufrgs.br